Em busca de soberania alimentar

Em 2011, o preço de alimentos básicos consumidos em todo o mundo, como cereais, óleos, carne e açúcar, teve a maior alta desde 1990. O trigo, por exemplo, teve um aumento de 73% somente no segundo semestre do ano passado. Isso foi o que apontou o Índice Global da Fome 2010, publicado em janeiro como parte de um balanço realizado mensalmente pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Segurança Alimentar (FAO). Dados como esse têm gerado o alerta de que o mundo pode estar diante de uma irremediável crise alimentar. Em verdade, essa crise seria do setor primário e do mercado de *commodities*, essencialmente atrelados à divisão internacional do trabalho. No entanto, seria o suficiente para, ainda segundo a FAO, aumentar em R$ 44 milhões o contingente miserável do planeta, que em 2010 estava estimado em um bilhão de reais. No mês de março, uma sucessão de comunicados da FAO pediu cuidado por parte das nações e sugeriu que o modelo agrícola fosse repensado. Em vista desse cenário, o **Jornal UFG**, em parceria com a **Rádio Universitária**, discute nesta edição as possibilidades de se produzir alimentos sem, necessariamente, estar submetido a esse mercado global. Como repensar os modelos produtivos? Como a agricultura brasileira, ainda que tenha vocação para o agronegócio, pode ser, também, garantia de segurança e soberania alimentar? É possível ter autonomia no campo? Para debater o assunto foram convidados os professores da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos (EA), Sônia Milagres e Gabriel Medina; o engenheiro agrônomo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Rodrigo Gonçalves; e um dos coordenadores nacionais da Comissão Pastoral da Terra, Dirceu Fumagalli.

Patrícia da Veiga e Roberto Nunes

Qual a diferença entre segurança alimentar e soberania alimentar?

Dirceu Fumagalli – A segurança alimentar preocupa-se em assegurar que todos tenham a ração diária, não passem fome, independentemente de onde vem e de como é produzida a comida. Já a soberania alimentar tem outra compreensão do que é alimentação. Vê quem produz, de que forma, para quem produz e como produz. Hoje temos um custo dos alimentos cada vez maior. Isso sem contar a divisão da produção dentro do país. O frango consumido no Rio Grande do Norte é de Santa Catarina. Que autonomia tem Alagoas para produzir? Por que esses estados têm de comprar de Santa Catarina ou do Paraná? A soberania alimentar coloca esse debate. Não basta apenas fazer a conta matemática das calorias.

Rodrigo Gonçalves – O suficiente para saciar uma pessoa são 2,1 mil calorias ou 90 gramas de carne. De acordo com a FAO, já é produzido o equivalente a 2,7 mil calorias por habitante do planeta. Aumentando a população nos próximos 60 anos, calcula-se que a demanda de alimentos também cresça 70%. Entre 1962 e 2006, a demanda aumentou 150% e foi atendida. Sabemos, então, que é preciso produzir mais alimentos, mas não é o que vai resolver a fome. As pessoas precisam ter recursos para obter alimentos e acesso à sua produção. Sem isso, podemos aumentar quatro vezes a produção que continuaremos tendo insegurança alimentar.

Como considerar a sucessão de alertas da FAO e do Banco Mundial sobre a crise alimentar?

Sônia Milagres – O índice que a FAO calcula mostra uma tendência de aumento a partir do ano 2000, persistindo 2008, quando, por causa da crise mundial, houve um declínio. Mas, a partir de 2009, esse índice subiu e, nos últimos oito meses, observou-se o aumento em praticamente em todos os preços (carnes, produtos lácteos, cereais etc.). O açúcar foi o produto que teve maior aumento nos últimos meses. É preciso observar que isso está relacionado ao mercado flutuante, uma característica do mercado agrícola, e sofre influências de fatores relacionados a clima e temperatura. Goiás, por exemplo, está vivendo uma consequência negativa do clima, que é o excesso de chuvas trazendo problemas na hora de colher a soja. No caso do açúcar, países como a Índia, que exporta o produto, sofreram problemas sérios na produção, o que diminuiu a oferta global. A diminuição da oferta de açúcar fez com que os preços refletissem isso de forma ascendente. A partir de 2008, a crise observada na comunidade europeia e nos Estados Unidos e a crença de que a economia de mercado é que deve reger as relações de compra e venda, mesmo dos alimentos, com pequena intervenção governamental, sem uma política agrícola bem clara, leva às consequências atuais. Outra questão é relativa à alta do petróleo: a baixa disponibilidade e a perspectiva sombria de suprimento do petróleo, por causa da crise no mundo árabe, provoca uma busca e uma demanda por combustíveis alternativos. Podemos avaliar que a expansão da cana-de-açúcar terá uma influência na nova geografia da agricultura em Goiás e em todo o país. Isso se reflete no preço dos alimentos. Claro que o Brasil não tem o problema de suprimento, porque tem tecnologia e capacidade produtiva, mas há um problema sério de logística e de distribuição. A consequência direta dessas crises não é fome no Brasil, mas sim a fome no mundo. Nosso problema é de distribuição e a universidade conhece essa questão.

Como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) está manifestando sua preocupação com essa à ameaça de crise alimentar?

Rodrigo Gonçalves – O trabalho de segurança e soberania alimentar tem de ter um modelo de agricultura que englobe a questão agrária, as relações sociais e de trabalho, os direitos humanos e a vida digna no campo. Assim, o MDA fomenta um modelo alternativo à agricultura de grande escala e intensiva à entrada de insumos. Essa agricultura gera divisas, mas ela, não só pode conviver com o problema da fome, como o requer para manter um exército de mão-de-obra farto e barato. O MDA trabalha com uma perspectiva integral, desde a democratização do acesso à terra, por meio de políticas executadas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), até o fomento à produção com crédito, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Este, por sua vez, prevê investimentos na propriedade, diversificação produtiva e tecnologia de produção. O MDA também articula políticas de compra institucional, assegurando um mercado mínimo para populações tradicionais e assentamentos. Também somos parceiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar e do Programa Territórios de Cidadania, Esse último visa a dinamização econômica dos setores rurais, das cidades do interior, fazendo circular dinheiro com segurança, evitando a vulnerabilidade das populações rurais. Isso ultrapassa a questão agrícola.

Quais as preocupações em relação à produção de alimentos no estado de Goiás?

Gabriel Medina – Goiás tem uma economia voltada essencialmente para o agronegócio, mas tem uma agricultura familiar também pujante, que contribui significativamente para a segurança alimentar. Dados do censo do IBGE sobre a produção mostram que, em Goiás, vêm da agricultura familiar 66% da mandioca, 45% do arroz, 34% de suínos e 42% do leite. Temos um potencial impressionante de produção: 88 mil propriedades familiares, com mais de 3 milhões de hectares. Fizemos uma pesquisa de campo em 16 municípios do estado sobre as condições de vida dos agricultores. Verificamos que a contribuição do segmento seria ainda maior, se a produtividade fosse aumentada. Os agricultores têm pouco acesso às tecnologias, pois faltam propostas adequadas e assistência técnica pública de qualidade. Esses agricultores, com média de 20 hectares, conseguem uma lotação de vacas leiteiras de 1,2 cabeça por hectare. Essa densidade é baixa, já que sistemas simples de rotação de pastos permitem lotação de cinco vacas por hectare. Outro indicador: 86% dos pequenos agricultores não usam irrigação sequer para horta e frutas. Um terceiro indicador mostrou quem realiza adubação e correção do solo de forma correta: 62% não o fazem, 22% fazem por intuição e apenas 16% usam análises de solos e recomendações técnicas. Principalmente os agricultores organizados têm conseguido acessar as políticas de apoio (reforma agrária, crédito, assistência técnica e apoio à comercialização). No entanto, dos agricultores entrevistados, apenas 16% fazem parte de associações, 13% participam de cooperativas e 25% do sindicato. Mais de 50% não se declaram participante de nenhuma organização formal.

Sônia Milagres – No início dos anos 1990, presenciamos a extinção do serviço de extensão e uma tentativa de, primeiro, reunir pesquisa e extensão em uma única instituição. Observamos que a consequência para a extensão rural e a transferência de tecnologia, principalmente para a agricultura familiar, ficou comprometida. Nós acreditamos que transferência de tecnologia é uma condição para que a ciência seja disponibilizada. No entanto, se os agricultores não são informados, não conhecem e não veem o potencial que têm, fica complicado esperar que adotem tecnologias. Com relação à densidade de cabeças de gado por hectare, existe uma agricultura extensiva que tem papel importante nas grandes propriedades. O boi verde interessa a alguns consumidores de países lá fora, nossos compradores potenciais, no entanto, acredito na possibilidade de desenvolver a agricultura orgânica, ecológica, que vai trazer alternativas interessantes em termos de qualidade de produto para nichos de mercado. Devemos tentar induzir os agricultores familiares a terem produtos para mercados específicos, agregando mais valor a esses produtos, melhorando a capacidade de investimento deles. A agricultura irrigada exige investimentos e nem sempre os recursos estão disponíveis. É preciso diversificar a atividade produtiva, para diversificar também a renda.

Então a crise alimentar envolve também aspectos políticos?

Dirceu Fumagalli – Não é só uma questão econômica ou política, mas também cultural. Para o pequeno agricultor, o campo não é só espaço produtivo, mas sim de convivência e de vida. O problema que temos é que o Brasil optou pela lógica do mercado, por produzir *commodities* e não alimentos. Isso vai impactar milhares de agricultores que são expulsos da terra, pois ou eles se apropriam de uma tecnologia determinada ou não têm condições de continuar vivendo nesse campo com seu saber acumulado historicamente. O pequeno agricultor é atropelado pela monocultura, por transgênicos e agrotóxicos. As terras que deveriam ter prioridade na produção de alimentos estão produzindo *commodities*, como grãos ou cana-de-açúcar para o etanol. A concentração da propriedade da terra continua grande e o destino da produção é o mercado. Então, não é que o agricultor não tenha tecnologia acumulada, é que o saber histórico acumulado por ele não é respeitado.

Rodrigo Gonçalves – No Brasil, a evolução da política agrícola se deu sobre o paradigma da modernização conservadora, aproveitando-se de sobras de materiais de guerra que, por sua natureza, não são apropriados democraticamente. O sistema gerou grande dependência dos agricultores por insumos, acirrou desigualdades e conflitos, provocou danos ambientais. Ocorreu também a exclusão cívica e histórica da agricultura familiar, que não teve como se projetar para a discussão pública. Ao longo da história, foi muito fácil para vários governos excluírem programas e políticas como a assistência técnica. Com o governo Collor, por exemplo, foi extinta a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e as pessoas ficaram sem acesso ao instrumento de produção. Por outro lado, há esse paradigma de cultivar diversos centros de produção do saber no Brasil: a academia gerou profissionais para "adestrar" a população do campo para se apropriar da tecnologia. O MDA pensou em reconstruir esse sistema nacional de assistência técnica pública, desde de 2003, com a parceria da sociedade civil organizada. Em Goiás, a previsão é atender quase 2,5 mil agricultores.

A dificuldade de se assegurar a soberania alimentar do país está, então, na elaboração e na execução de políticas públicas?

Dirceu Fumagalli – No momento em que as políticas públicas para o setor são elaboradas, há dificuldade, por parte do poder pùblico, de dialogar com a sociedade. Esta, por sua vez, tem a compreensão geral de que quem abastece e resolve o problema da alimentação são as grandes empresas que produzem grãos. Ainda se pensa que a agricultura familiar é ultrapassada e não atende às demandas. Ao elaborar a política pública, é preciso mais que financiamento para a produção, é preciso prever como promover o debate e o diálogo com a sociedade, para que esta tenha mecanismos de contrapor-se à ideia, propalada pela grande mídia, de que a solução do campo é o agronegócio. Portanto, a política não pode planejar simplesmente como produzir mais, mas deve fazer com que a sociedade também reconheça o valor desse modelo de agricultura camponesa. É preciso criar mecanismos para dialogar com a sociedade que não sabe o que come, de onde vem e nem quem produz seu alimento.

Gabriel Medina – Há dois aspectos relacionados às políticas públicas que podemos discutir: um é o acesso, o outro é o enfoque. O acesso dos agricultores familiares às políticas públicas é baixo. Dá para explicar de onde vem isso: é histórico, como afirmou Rodrigo. A assistência técnica está sendo retomada apenas recentemente. Dos agricultores que entrevistamos, apenas 29% têm algum acesso à assitência técnica pública. A maior parte desses não recebe acompanhamento regular na propriedade. Quanto à política de apoio à comercialização, essa ainda é recente e, portanto, o acesso pelos agricultores ainda é pequeno. Mas, além de garantir acesso, é preciso garantir o enfoque adequado e a eficiência. O Pronaf, acessado por 45% dos agricultores para investimento e por 39% dos agricultores para custeio, em Goiás, financia mais gado de leite. Mas, quando se pensa que, do ponto de vista da soberania alimentar, não é só de leite que precisamos, que há outros alimentos importantes, ficamos preocupados. Menos de 5% dos agricultores pesquisados têm horta e 1% tem plantio de frutas. O crédito não está apoiando a diversificação desse sistema produtivo e, pelo contrário, está enfatizando a atuação do agricultor em uma única atividade. Isso é ruim para a população, que tem baixa oferta de alimentos, e para o agricultor, que fica dependente de uma única atividade econômica.

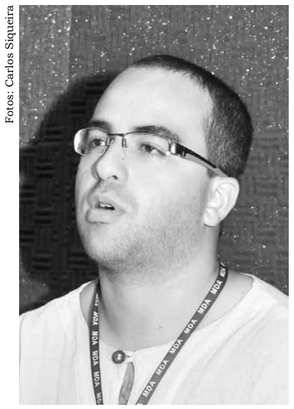
Fotos: Carlos Siqueira

Carlos Siqueira

Gabriel Medina

Divulgação

Dirceu Fumagalli



Rodrigo Gonçalves

Sônia Milagres

Veja outros trechos do debate em www.jornalufgonline.ufg.br